DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES

Ata de Audiência Pública para apreciação da Gestão Fiscal do Município de Santo Antonio dos Milagres, referente ao 2º Semestre do exercício de 2017.

Aos 06 (seis) dias do mês de Dezembro de 2018, no prédio onde funciona o CRAS, situado a Avenida Coronel Torquato Araújo, nº 620, centro, foi realizada Audiência pública convocada pelo Prefeito Municipal o Sr. Adalberto Gomes Vilanova Sousa Filho com a finalidade de cumprir o que determina a lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como a lei Complementar 131/2009, cujo objetivo é a divulgação e dar transparência da Gestão fiscal e da execução financeira e orçamentária dos recursos que o município recebeu neste período. Abriu a audiência pública o Sr. Adalberto Gomes Vilanova Sousa Filho, Prefeito Municipal, agradecendo a presença de todos explicando que o objetivo da Audiência pública é dar transparência e publicidade dos recursos recebidos pelo município bem como seus gastos efetuados nos diversos programas desenvolvidos pelo município, os quais serão apresentados pelo contador do município. Na sequência repassou a palavra para o Sr. João Antonio da Trindade Viana, contador do município que representa a Empresa PLANACONT, que fez esclarecimento sob o papel da Sociedade em ter conhecimento dos recursos que o município tem recebido, mostrou detalhadamente em planilhas as transferências constitucionais na sua maioria com destinação específica, como os recursos do FNDE, SUS e Ministério Desenvolvimento Social – MDS. Esclareceu que no exercício em análise, foi prevista arrecadação da receita e de despesas de igual valor no montante de R$ 14.470.312,50 (catorze milhões e quatrocentos e setenta

13

mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos), sendo arrecadado até o mês de dezembro o montante de R$ 9.196.627,27, e que o município precisa avançar mais na arrecadação própria, pois na realidade o valor de maior expressão é o FPM. Disse ainda que os gastos que o município tem realizado neste período, estão distribuídos nas diversas áreas. Com relação aos índices constitucionais o mesmo relatou que a gestão está de parabéns pois os mesmos foram alcançados com o esforço de todos que compõem a administração municipal, sendo impressados como Receita de Imposto e Transferência – RIT no valor de R$ 7.085.827,78, deste valor foram gastos na área da educação com recursos próprios o montante de R$ 1.989.700,40 que corresponde a 28,08% sobre a RIT, cumprindo assim o art. 212 da CF onde estipula o limite mínimo de 25% dos gastos com educação; na saúde foi gasto o montante de R$ 1.198.857,80 que corresponde ao percentual de 17,83% sobre a RIT acima do limite constitucional que é de no mínimo de 15% dos gastos com saúde. Disse que nos últimos 12 (doze) meses a receita Corrente líquida – RCL do município foi de R$ 8.593.974,74 e que as despesas com pessoal também nos últimos 12 (doze) meses foi de R$ 3.505.374,70 que corresponde a apenas 40,84%, ou seja dentro do limite estabelecido pelo art. 20 da lei de Responsabilidade fiscal que determina o máximo de gastos do poder executivo em até 54%, com relação aos gastos com o magistério o mesmo fez questão de frisar que hoje o município está sofrendo pois o que o município recebe não é capaz de cobrir as despesas com os salários e encargos da folha dos professores e bem como de pessoal administrativo, onde considerados gastos só com o magistério do exercício fiscal com 70,42% do arrecadado a título do FUNDEB que foi no montante de R$ 1.269.339,09 atendendo assim o preceito constitucional. Informou que no corrente ano foi repassado ao Poder legislativo para a sua manutenção o montante de R$ 511.447,52 onde até a presente conclusão do balanço geral deste exercício o presidente do poder legislativo não prestou contas junto ao

Câmara municipal, frisou que a administração tem que fazer o devido registro do valor repassado como despesa a regularizar em nome do presidente da mesa da Câmara legislativa para não gerar inadimplência aos órgãos de controle externo. Mostrou através de Slider a data de entrega de cada balancete enviado ao Tribunal de Contas bem como a data que foi publicado todos os relatórios que compõe o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal) no exercício dentro do prazo legal, depois das referidas explanações as atenções foram voltadas aos assessores municipais: Coordenadora Pedagógica Elma Lucena, a assistente social Janaina, Coordenadora do PSF Fabrícia Ribeiro (Saúde), e que nesta ordem falaram das diversas ações desenvolvidas no município. A palavra voltou ao acessor contábil do município e o mesmo agradecendo a presença de todos deu por encerrada esta Audiência com um boa noite a todos. Lida de Araújo Nota Pereira, [illegible] Rosilene Maria de Araújo, [illegible] de Sousa Vilanova, Rosilene Maria de Araújo, [illegible] Isabela de Sousa Vilanova, José Pereira de Araújo, [illegible] Dionisio de [illegible], [illegible] de Carvalho [illegible] do Espírito Santo Nascimento, [illegible] Mendes de Araújo, Francielle de S. [illegible], Marlem Gomes de Araújo, Ademina Machado de Araújo da Silva, Bárbara José de Araújo, Joyce Maria de Espírito Santo Araújo, Domiciano Gomes Mendes – Rosilda Gomes Vilanova, Antonia Gomes de S. Nota, Débora Gomes de Araújo, [illegible] Sumaia Fernanda Gomes de Araújo Nogueira, Eliane Valencia Lopes da Cruz Zeferino, Lidiane Inês [illegible], Jairanes Santa da Silva Gomes, [illegible], Geraina Leite Vieira da Silva, [illegible], José [illegible] Araújo, [illegible]

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES

Ata de Audiência Pública para apreciação da Gestão fiscal do Município de Santo Antonio dos Milagres, referente ao 2º Semestre de 2018.

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2018, no prédio onde funciona o CRAS, situado a Avenida Coronel Torquato Araújo, nº 620, Centro, foi realizada audiência pública convocada pelo Prefeito Municipal o Sr. Adalberto Gomes Vilanova Sousa Filho com a finalidade de cumprir o que determina a lei de Responsabilidade fiscal – LRF, bem como a lei Complementar 131/2009 cujo objetivo é a divulgação e dar transparência da Gestão fiscal e da execução financeira e orçamentária dos recursos que o município recebeu neste período. Abriu a Audiência pública o Sr. Adalberto Gomes Vilanova Sousa Filho, Prefeito Municipal, agradecendo a presença de todos explicando que o objetivo da mesma é dar transparência e publicidade dos recursos recebidos pelo município bem como seus gastos efetuados nos diversos programas desenvolvidos pelo município, os quais serão apresentados pelo contador do município. Na sequência repassou a palavra para o Sr. João Antonio da Trindade Viana, contador do município que representa a Empresa PLANACONT, que fez esclarecimento sob o papel da Sociedade em ter conhecimento dos recursos que o município tem recebido mostrou detalhadamente em planilhas as transferências constitucionais na sua maioria com destinação específica, como os recursos oriundos do FNDE, SUS e Ministério Desenvolvimento Social – MDS. Esclareceu que no exercício em análise, foi prevista arrecadação da receita e de despesas de igual valor no montante de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo arrecadado até esse semestre o montante de R$ 5.331.311,38, e que o município precisa avançar mais na arrecadação própria, pois na realidade o valor de maior expressão é o FPM. Disse ainda que os gastos que o município tem realizado neste período, estão distribuídos nas mais diversas áreas. Com relação aos índices constitucionais o mesmo relatou que a gestão está trabalhando para alcançar os mesmos, pois a administração está tendo que se reinventar para manter até mesmo as finanças em dias, sendo que disse, impressados até o referido semestre como Receita de Imposto e

(Continua na próxima página)